

**ADENDA À NOTA**

---

de Secretariado  
para Convenção

---

**Assunto : Parte II da Constituição**  
**- Relatório do Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos do**  
**Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão:**  
**= Secção sobre a política económica e monetária**

---

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, a secção consagrada à política económica e monetária do relatório do Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.

# **POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA**

\* \* \*

## **ADENDA**

**de 18 de Março de 2003**

**ao relatório consolidado de 13 de Março de 2003**

**apresentado ao Praesidium da Convenção Europeia**

## OBSERVAÇÕES GERAIS

### Introdução

1. No seu relatório consolidado de 13 de Março de 2003, o Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão referiu que o título relativo à política económica e monetária seria apresentado à parte. É esse o objectivo da presente adenda.
2. Aplicam-se à presente adenda todas as observações formuladas na introdução do relatório consolidado acima mencionado, bem como as convenções terminológicas e tipográficas indicadas no Anexo I ao Volume I do relatório.

Em certos casos foram tecidas observações ou explicações mais pormenorizadas, que se encontram tanto no próprio texto (enquadradas em rectângulos) como em notas de rodapé.

Assinale-se que a formulação do artigo 1.º do título em apreço – o actual artigo 4.º do Tratado CE –, que já figurava no relatório consolidado, sofreu ligeiras alterações em relação à versão difundida anteriormente.

3. Tendo em conta o grande número de propostas de adaptação ao texto do Capítulo 4 do título em análise, dedicado às disposições transitórias, foram aplicadas convenções tipográficas específicas: as disposições que já constam do actual Tratado e que apenas foram deslocadas continuam em caracteres normais, sendo a origem sempre assinalada em nota de rodapé; só as partes realmente novas em relação ao Tratado actual são reproduzidas **a negro**.

Além disso, a fim de dar uma visão mais legível do resultado das alterações sugeridas, junta-se em apêndice um texto "passado a limpo" do mesmo Capítulo 4.

**A. Localização dos actuais artigos 98.º a 124.º do Tratado CE na estrutura da futura Constituição**

4. A estrutura do anteprojecto de Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002 (CONV 369/02) prevê que as disposições relativas à política económica e monetária figurem na Parte II, consagrada às políticas e à execução das acções da União, como ponto A2. Deverá pois ser essa, no essencial, a localização a dar aos actuais artigos 98.º a 124.º, que constam do Título VII da Parte III do Tratado CE.
5. Note-se, todavia, que algumas dessas disposições dizem respeito à composição e às atribuições do Banco Central Europeu. Se a Convenção decidir que este deve ser convertido numa Instituição, as disposições em causa terão de ser transferidas, de acordo com a referida estrutura, tanto para a Parte I da futura Constituição – a saber, para o Título IV, relativo às Instituições – como para a Parte II.D, consagrada ao funcionamento da União, que compreende as outras disposições institucionais.

**B. Regimes especiais**

6. Por força dos dois protocolos anexos ao Tratado CE, são aplicáveis ao Reino Unido e à Dinamarca regimes especiais de política económica e monetária. Ambos os protocolos remetem para disposições que actualmente constam do Capítulo IV do título em apreço e cuja alteração se sugere na presente adenda (ver, por exemplo, n.º 4 do artigo 116.º). A fim de preservar o alcance desses regimes especiais e, simultaneamente, efectuar as simplificações sugeridas, poderá ser necessário introduzir nesses mesmos protocolos algumas adaptações de carácter meramente técnico.

Por outro lado, note-se que o actual Tratado CE não faz qualquer menção explícita à existência daqueles dois protocolos. Por uma questão de transparência, convirá talvez que a Convenção pondere se este título deve fazer essa menção.

**C. Introdução de uma base jurídica definitiva para a política monetária**

7. Desde a introdução do euro, em 1999, tem-se recorrido ao actual n.º 4 do artigo 123.º como base jurídica para a aprovação de medidas relativas à utilização da moeda única.
8. No entanto, esta disposição, que fora concebida numa perspectiva transitória, compreende expressões ultrapassadas, tais como «medidas necessárias para a rápida introdução do ECU», e, além disso, figura actualmente no capítulo relativo às disposições transitórias.

9. Afigura-se pertinente que esta base jurídica seja estabilizada para assegurar o bom funcionamento da união monetária. Sugere-se, assim, a sua transferência para o capítulo relativo ao regime “ordinário” da política monetária, bem como a introdução das necessárias adaptações. Mais concretamente, haverá que consagrar o seu carácter definitivo - substituindo «rápida introdução do ECU» por «utilização do euro» - e evitar que a sua estabilização afecte as atribuições do Banco Central Europeu.
10. A Convenção deverá ponderar a consagração desta base jurídica.

**D. Capítulo relativo às disposições transitórias**

11. A fim de ter em conta que a transição para a adopção do euro está consumada, são propostas adaptações substanciais aos actuais artigos 116.º a 124.º do Tratado CE. O capítulo em questão deverá ser agora essencialmente consagrado ao regime aplicável aos Estados-Membros que não adoptaram o euro e aos procedimentos tendo em vista a sua adopção por esses Estados-Membros.
12. Propõe-se assim a supressão de muitas disposições actualmente incluídas neste capítulo e que se tornaram obsoletas, bem como uma reestruturação mais lógica das restantes. Assinale-se que as alterações sugeridas consistem essencialmente em meras transferências dos textos existentes.
13. A ordem de apresentação dos artigos na nova versão sugerida obedece à seguinte lógica:
  - Definição do conceito de "Estado-Membro objecto de derrogação" e das regras de participação na tomada de decisões no domínio da política económica e monetária (nova versão do artigo 116.º);
  - Procedimentos para a revogação da derrogação e para a introdução do euro nesses Estados-Membros (nova versão do artigo 117.º);
  - Disposições especiais aplicáveis aos Estados-Membros em regime de derrogação (novas versões dos artigos 118.º a 120.º).

**E. Consequências da aplicação das recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX)**

14. Em conformidade com o mandato que lhe fora conferido (CONV 529/03), o Grupo propôs que o enunciado do processo decisório previsto no n.º 5 do actual artigo 107.º do Tratado CE fosse alterado por forma a passar-se do processo de parecer favorável para o processo de co-decisão, segundo recomendação formulada no seu relatório (CONV 424/02, pág. 17).
15. Tendo em conta que o processo de co-decisão, como previsto no actual artigo 251.º do Tratado CE (e que passará a "processo legislativo"), foi concebido para funcionar apenas com três Instituições – Parlamento Europeu, Conselho e Comissão –, esta alteração processual implica que o Banco Central Europeu perderá a competência de formular recomendações de que dispõe por força do n.º 5 do actual artigo 107.º do Tratado CE.

Christian PENNERA

Thérèse BLANCHET

Alain VAN SOLINGE

Kieran BRADLEY

Emer FINNEGAN

Paolo STANCANELLI

## **A2. POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA**

**Título a inserir no relatório consolidado de 13 de Março de 2003:**

- na página 32 do Volume I**
- na página 51 do Volume II**

## A2. POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA <sup>1- 2</sup>

### TÍTULO VII

#### ~~POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA~~

#### Artigo 4.<sup>o3</sup>

1. Para alcançar os fins enunciados no [artigo 2.º] <sup>4</sup>, a acção dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União** implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, a adopção de uma política económica baseada na estreita coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, no mercado interno e na definição de objectivos comuns, e conduzida de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência.
2. Paralelamente, nos termos do disposto e segundo o calendário e os procedimentos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, essa acção implica, **desde** a fixação irrevogável das taxas de câmbio ~~conducente~~ **que conduziu** à criação de uma moeda única, o ~~eeu~~ **euro** <sup>5</sup>, e a definição e condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objectivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços e, sem prejuízo desse objectivo, o apoio às políticas económicas gerais na ~~Comunidade~~ **União**, de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência.
3. Essa acção dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União** implica a observância dos seguintes princípios orientadores: preços estáveis, finanças públicas e condições monetárias sólidas e balança de pagamentos sustentável.

---

<sup>1</sup> O Reino Unido e a Dinamarca beneficiam de regimes especiais ao abrigo dos protocolos respectivos. Poderá ser necessário introduzir adaptações de ordem técnica nesses protocolos, nomeadamente à luz das sugestões de alteração e/ou supressão das disposições do presente título enunciadas adiante, por exemplo no que respeita ao n.º 4 do artigo 116.º.

<sup>2</sup> Note-se que o projecto de artigo “ Objectivos da União” da Parte I (n.º 2 do artigo 3.º, CONV 528/03) usa os termos “*união económica e monetária*”.

<sup>3</sup> Este artigo figura actualmente na Parte I do Tratado CE, mas na perspectiva da Constituição parece enquadrar-se melhor aqui. Note-se, além disso, que a redacção foi ligeiramente alterada em relação à versão constante do relatório consolidado de 13 de Março de 2003.

<sup>4</sup> O artigo 2.º é substituído pelo projecto de artigo "Objectivos da União" da Parte I (n.º 2 do artigo 3.º, CONV 528/03).

<sup>5</sup> Esta alteração reflecte a passagem para o regime definitivo do euro.



## CAPÍTULO 1

### POLÍTICA ECONÓMICA

#### Artigo 98.º

Os Estados-Membros conduzirão as suas políticas económicas no sentido de contribuir para a realização dos objectivos da ~~Comunidade~~ **União**, tal como se encontram definidos no [artigo 2.º]<sup>1</sup>, e no âmbito das orientações gerais a que se refere o [n.º 2 do artigo 99.º]. Os Estados-Membros e a ~~Comunidade~~ **União** actuarão de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência, favorecendo uma repartição eficaz dos recursos, e em conformidade com os princípios estabelecidos no [artigo 4.º].

#### Artigo 99.º

1. Os Estados-Membros consideram as suas políticas económicas uma questão de interesse comum e coordená-las-ão no Conselho, de acordo com o disposto no [artigo 98.º].
2. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob recomendação da Comissão, elaborará **por maioria qualificada** um projecto de orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e ~~de Comunidade da União~~ e apresentará um relatório ao Conselho Europeu com as suas conclusões.

O Conselho Europeu, deliberando com base no relatório do Conselho, discutirá uma conclusão sobre as orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União**.

Com base nessa conclusão, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, aprovará **por maioria qualificada** uma recomendação que estabeleça essas orientações gerais. ~~O Conselho, informará dela informando~~ o Parlamento Europeu ~~da sua recomendação~~.

3. A fim de garantir uma coordenação mais estreita das políticas económicas e uma convergência sustentada dos comportamentos das economias dos Estados-Membros, o Conselho, com base em relatórios apresentados pela Comissão, acompanhará a evolução económica em cada Estado-Membro e na ~~Comunidade~~ **União** e verificará a compatibilidade das políticas económicas com as orientações gerais a que se refere o n.º 2, procedendo regularmente a uma avaliação global da situação.

Para efeitos desta supervisão multilateral, os Estados-Membros enviarão informações à Comissão acerca das ~~medidas~~ **disposições** importantes por eles tomadas no domínio das suas políticas económicas e quaisquer outras informações que considerem necessárias.

---

<sup>1</sup> Ver nota relativa ao n.º 1 do artigo 4.º.

4. Sempre que se verificar, no âmbito do procedimento a que se refere o n.º 3, que as políticas económicas de determinado Estado-Membro não são compatíveis com as grandes orientações a que se refere o n.º 2 ou que são susceptíveis de comprometer o bom funcionamento da ~~União~~ ~~Ee~~ económica e ~~M~~ monetária, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob recomendação da Comissão, pode **aprovar por maioria qualificada** ~~dirigir~~ as recomendações necessárias, **que dirigirá** ao Estado-Membro em causa. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, pode decidir ~~tornar~~ **torná-las** públicas ~~as suas recomendações~~.

O Presidente do Conselho e a Comissão apresentarão um relatório ao Parlamento Europeu sobre os resultados da supervisão multilateral. O Presidente do Conselho pode ser convidado a comparecer perante a competente Comissão do Parlamento Europeu, se o Conselho tiver tornado públicas as suas recomendações.

5. O **Parlamento Europeu e o Conselho** ~~deliberando procedimento previsto no artigo 252.º~~ podem aprovar, de acordo com o **processo legislativo**, as regras do procedimento de supervisão multilateral a que se referem os n.ºs 3 e 4 ~~do presente artigo~~.<sup>1</sup>

#### Artigo 100.º

1. Sem prejuízo de quaisquer outros procedimentos previstos ~~no presente Tratado na~~ Constituição, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, pode ~~decidir~~ **aprovar, por maioria qualificada**, medidas apropriadas à situação económica, nomeadamente em caso de dificuldades graves no aprovisionamento de certos produtos.

2. Quando um Estado-Membro se encontre em dificuldades ou sob grave ameaça de dificuldades devidas a calamidades naturais ou ocorrências excepcionais que não possa controlar, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, pode **aprovar, por maioria qualificada, uma decisão europeia que conceda**, sob certas condições, ~~conceder~~ **uma** ajuda financeira ~~comunitária da União~~ ao Estado-Membro em questão. O Presidente do Conselho<sup>2</sup> informará o Parlamento Europeu da decisão ~~tomada~~ **aprovada**.

---

<sup>1</sup> Passagem do processo de cooperação para o processo de co-decisão (ver relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX -, CONV 424/02, pág. 16).

<sup>2</sup> Note-se que a expressão "*Presidente do Conselho*" em vez de "*Presidência do Conselho*" só foi utilizada neste título do Tratado CE (ver também n.ºs 1 e 2 do artigo 113.º e n.º 3 do artigo 114.º).

## Artigo 101.º

1. É proibida a concessão de créditos sob a forma de descobertos ou sob qualquer outra forma pelo *BCE*<sup>1</sup> ou pelos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros, adiante designados por "bancos centrais nacionais", em benefício das Instituições ou organismos da ~~Comunidade~~ **União**, das administrações centrais, das autoridades regionais ou locais, de outras autoridades públicas ou outros organismos do sector público ou empresas públicas dos Estados-Membros, bem como a compra directa de títulos de dívida a essas entidades, pelo BCE ou pelos bancos centrais nacionais.
2. As disposições do n.º1 não se aplicam às instituições de crédito de capitais públicos às quais, no contexto da oferta de reservas pelos bancos centrais, será dado, pelos bancos centrais nacionais e pelo *BCE*, o mesmo tratamento que às instituições de crédito privadas.

## Artigo 102.º

1. São proibidas quaisquer medidas **e disposições** não baseadas em considerações de ordem prudencial que possibilitem o acesso privilegiado às instituições financeiras por parte das Instituições ou organismos da ~~Comunidade~~ **União**, das administrações centrais, das autoridades regionais ou locais, de outras autoridades públicas ou de outros organismos do sector público ou empresas públicas dos Estados-Membros.
2. O Conselho, **sob proposta da Comissão** ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 252.º, estabelecerá, até 1 de Janeiro de 1994, aprovará por maioria qualificada as medidas que especificarão~~ as definições para a aplicação da proibição a que se refere o n.º 1. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**<sup>2</sup>

## Artigo 103.º

1. Sem prejuízo das garantias financeiras mútuas para a execução conjunta de projectos específicos, a ~~Comunidade~~ **União** não é responsável pelos compromissos das administrações centrais, das autoridades regionais ou locais, de outras autoridades públicas ou de outros organismos do sector público ou empresas públicas de qualquer Estado-Membro, nem assumirá esses compromissos. Sem prejuízo das garantias financeiras mútuas para a execução conjunta de projectos específicos, os Estados-Membros não são responsáveis pelos compromissos das administrações centrais, das autoridades regionais ou locais, de outras autoridades públicas ou de outros organismos do sector público ou empresas públicas de outros Estados-Membros, nem assumirão esses compromissos.

---

<sup>1</sup> Poder-se-á pôr a questão de saber se é desejável que a Constituição contenha abreviaturas ("*BCE*" para "*Banco Central Europeu*", por exemplo) ou se não será mais claro para os leitores utilizar a designação habitual da Instituição ou organismo em questão. Nos artigos do Tratado CE, o Banco Europeu de Investimento não é designado sob a abreviatura "*BEI*". Se se pretender utilizar estas abreviaturas, haverá que assegurar que a sua explicação figure nalguma parte da Constituição.

<sup>2</sup> Passagem do processo de cooperação para o processo de consulta (ver relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX –, CONV 424/02, pág. 16).

2. O Conselho, ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 252.º sob proposta da Comissão, pode, se necessário, estabelecer~~ **aprovar, por maioria qualificada, as medidas que estabelecerão** definições para a aplicação das proibições a que se referem [o artigo 101.º] e o presente artigo. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**<sup>1</sup>

#### Artigo 104.º

1. Os Estados-Membros devem evitar défices orçamentais excessivos.
2. A Comissão acompanhará a evolução da situação orçamental e do montante da dívida pública nos Estados-Membros, ~~a fim de~~ **para** identificar desvios importantes. Examinará, em especial, o cumprimento da disciplina orçamental com base nos dois critérios seguintes:
  - a) Se a relação entre o défice orçamental programado ou verificado e o produto interno bruto excede um valor de referência, excepto:
    - i) se essa relação tiver baixado de forma substancial e contínua e tiver atingido um nível que se aproxime do valor de referência; ou
    - ii) se o excesso em relação ao valor de referência for meramente excepcional e temporário e se aquela relação continuar perto do valor de referência.
  - b) Se a relação entre a dívida pública e o produto interno bruto excede um valor de referência, excepto se essa relação se encontrar em diminuição significativa e se estiver a aproximar, a um ritmo satisfatório, do valor de referência.

Os valores de referência encontram--se especificados no Protocolo sobre o procedimento relativo aos défices excessivos, ~~anexo ao presente Tratado~~<sup>2</sup>.

3. Se um Estado-Membro não cumprir os requisitos constantes de um ou de ambos estes critérios, a Comissão preparará um relatório. O relatório da Comissão analisará igualmente se o défice orçamental excede as despesas públicas de investimento e tomará em consideração todos os outros factores pertinentes, incluindo a situação económica e orçamental a médio prazo desse Estado-Membro.

A Comissão pode ainda preparar um relatório se, apesar de os requisitos estarem a ser preenchidos de acordo com os critérios enunciados, for de opinião de que existe um risco de défice excessivo em determinado Estado-Membro.

---

<sup>1</sup> Passagem do processo de cooperação para o processo de consulta (ver relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX –, CONV 424/02, pág. 16).

<sup>2</sup> Este trecho é supérfluo, visto que os protocolos serão de qualquer modo anexados à Constituição. Tal será previsto num artigo da Parte III da Constituição, à semelhança do actual artigo 311.º do Tratado CE.

4. O Comité ~~a que se refere o artigo 114.º~~ **Económico e Financeiro** dará parecer sobre o relatório da Comissão.

5. Se a Comissão considerar que em determinado Estado-Membro existe ou poderá ocorrer um défice excessivo, enviará um parecer ao Conselho.

6. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob recomendação da Comissão, e tendo considerado todas as observações que o Estado-Membro interessado pretenda fazer **e após uma avaliação global**, decidirá, ~~depois de ter avaliado globalmente a situação~~, **por maioria qualificada**, se existe ~~ou não~~ um défice excessivo.

7. **O Conselho, sob recomendação da Comissão, aprovará, por maioria de dois terços dos votos dos seus membros, ponderados nos termos [do n.º 2 do artigo 205.º], com exclusão dos votos do representante do Estado-Membro em causa, as decisões europeias e recomendações a que se referem os n.ºs 8 a 12.**<sup>1</sup>

~~7-8.~~ Sempre que, nos termos do n.º 6, o Conselho decida que existe um défice excessivo, ~~dirigirá~~ **aprovará** recomendações **dirigidas** ao Estado-Membro em causa com o objectivo de pôr fim àquela situação num dado prazo. Sem prejuízo do ~~disposto no~~ n.º ~~8~~ **9**, essas recomendações não serão tornadas públicas.

~~8-9.~~ Sempre que verificar que, na sequência das suas recomendações, não foram tomadas medidas eficazes no prazo estabelecido, o Conselho pode tornar públicas as suas recomendações.

~~9-10.~~ Se um Estado-Membro persistir em não pôr em prática as recomendações do Conselho, este pode ~~decidir notificar~~ **aprovar uma decisão europeia que notifique** esse Estado-Membro para, num dado prazo, tomar ~~medidas~~ **disposições** destinadas a reduzir o défice para um nível que o Conselho considerar necessário para obviar à situação.

Nesse caso, o Conselho pode pedir ao Estado-Membro em causa que lhe apresente relatórios de acordo com um calendário específico, a fim de analisar os esforços de ajustamento desse Estado-Membro.

~~10.~~ ~~O direito de intentar acções previsto nos artigos 226.º e 227.º não pode ser exercido no âmbito dos n.ºs 1 a 9 do presente artigo.~~<sup>2</sup>

11. Se um Estado-Membro não cumprir uma decisão **europeia tomada aprovada** nos termos do n.º ~~9~~ **10**, o Conselho pode decidir aplicar, ou eventualmente intensificar, uma ou mais das seguintes medidas:

a) Exigir que o Estado-Membro em causa divulgue informações complementares, a determinar pelo Conselho, antes de emitir obrigações e títulos;

<sup>1</sup> Este número corresponde ao actual n.º 13. Foi transferido para aqui a fim de clarificar o processo aplicável à aprovação dos actos a que se referem os números seguintes.

<sup>2</sup> Este número, que diz respeito aos recursos e não aos processos de decisão, passa a novo n.º 13 do presente artigo.

- b) Convidar o Banco Europeu de Investimento a reconsiderar a sua política de empréstimos em relação ao Estado-Membro em causa;
- c) Exigir do Estado-Membro em causa a constituição, junto da ~~Comunidade~~ **União**, de um depósito não remunerado de montante apropriado, até que, ~~na opinião de o Conselho~~ **considere que** o défice excessivo tenha sido corrigido;
- d) Impor multas de importância apropriada.

O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu das ~~decisões tomadas~~ **medidas aprovadas**.<sup>1</sup>

12. O Conselho revogará parte ou a totalidade das ~~decisões~~ **medidas** a que se referem os n.ºs 6 e 8 a 9 e 11 na medida em que considere que o défice excessivo no Estado-Membro em causa foi corrigido. Se o Conselho tiver previamente tornado públicas as suas recomendações, deve, logo que a decisão tomada ao abrigo do n.º 8 9 tiver sido revogada <sup>2</sup>, declarar publicamente que deixou de existir um défice excessivo no Estado-Membro em causa..

~~13. Ao tomar as decisões do Conselho a que se referem os n.ºs 7 a 9, 11 e 12, este delibera sob recomendação da Comissão, por maioria de dois terços dos votos dos seus membros, ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º, com exclusão dos votos do representante do Estado-Membro em causa.~~

**13. Os direitos de recurso previstos nos [artigos 226.º e 227.º] não podem ser exercidos no âmbito dos n.ºs 1 a 6 e 8 a 10 do presente artigo.**

14. O Protocolo sobre o procedimento ~~aplicável em caso de~~ **relativo aos** défices excessivos, <sup>3</sup>~~anexo ao presente Tratado~~, contém outras disposições relacionadas com a aplicação do procedimento descrito no presente artigo.

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão, e ~~após consulta do Parlamento Europeu e do BCE~~, aprovará **por unanimidade** as ~~disposições~~ **medidas** apropriadas, que substituirão o referido Protocolo. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao BCE.**

Sem prejuízo das demais disposições do presente número, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, e ~~após consulta do Parlamento Europeu~~, estabelecerá, até 1 de Janeiro de 1994, **aprovará por maioria qualificada** regras e definições para a aplicação das ~~disposições~~ do citado Protocolo. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

<sup>1</sup> Afigura-se que neste caso o termo “*decisão*” é utilizado na acepção geral, não correspondendo à definição de “*decisão*” do quarto parágrafo do artigo 249.º do TCE.

<sup>2</sup> Poder-se-á pôr em causa a pertinência de prever a revogação desta decisão, cujo conteúdo consiste em tornar pública uma recomendação e que, por conseguinte, esgota os seus efeitos no próprio momento dessa publicação.

<sup>3</sup> Ver título exacto do protocolo em questão.

**Os Capítulos 2 e 3 do presente título compreendem disposições relativas à composição e às atribuições do Banco Central Europeu.**

**Se a Convenção decidir que o BCE deve ser convertido numa Instituição, as disposições em causa terão de ser transferidas tanto para a Parte I da futura Constituição - a saber, para o Título IV, relativo às Instituições - como para a Parte II.D, consagrada ao funcionamento da União, que compreende as outras disposições institucionais.**

## CAPÍTULO 2

### POLÍTICA MONETÁRIA

#### Artigo 105.º

1. O objectivo primordial do *SEBC* é a manutenção da estabilidade dos preços. Sem prejuízo ~~de~~ **deste** objectivo ~~da estabilidade dos preços~~, o *SEBC* apoiará as políticas económicas gerais na ~~Comunidade União tendo em vista~~ **para** contribuir para a realização dos objectivos ~~da Comunidade~~ **desta** tal como definidos no artigo [2.º]<sup>1</sup>. O *SEBC* actuará de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência, incentivando a repartição eficaz dos recursos e observando os princípios definidos no [artigo 4.º].

2. As atribuições fundamentais cometidas ao *SEBC* são:

- a) A definição e execução da política monetária da ~~Comunidade~~ **União**;
- b) A realização de operações cambiais compatíveis com o disposto no [artigo 111.º];
- c) A detenção e gestão das reservas cambiais oficiais dos Estados-Membros;
- d) A promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos.

3. ~~A alínea c) O terceiro travessão~~ do n.º 2 não obsta à detenção e gestão, pelos Governos dos Estados-Membros, de saldos de tesouraria em divisas.

---

<sup>1</sup> Ver nota relativa ao n.º 1 do artigo 4.º.

4. O *BCE* será consultado:

- a) Sobre qualquer proposta de acto ~~comunitário~~ **da União** <sup>1</sup> nos domínios das suas atribuições;
- b) Pelas autoridades nacionais sobre qualquer projecto de disposição legal nos domínios das suas atribuições, mas nos limites e condições definidos pelo Conselho de acordo com o procedimento previsto no [n.º 6 do artigo 107.º].

O *BCE* pode apresentar pareceres sobre questões do âmbito das suas atribuições às ~~competentes~~ Instituições ou organismos da ~~Comunidade~~ **União** ou às autoridades nacionais.

5. O *SEBC* contribuirá para a boa condução das políticas desenvolvidas pelas autoridades competentes no que se refere à supervisão prudencial das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro.

6. O **Parlamento Europeu e o Conselho**, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta do BCE, e depois de ter recebido parecer favorável do Parlamento Europeu~~, podem, **de acordo com o processo legislativo**, conferir ao *BCE* atribuições específicas no que diz respeito às políticas relativas à supervisão prudencial das instituições de crédito e de outras instituições financeiras, com excepção das empresas de seguros<sup>2</sup>. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao BCE.**

#### Artigo 106.º

1. O *BCE* tem o direito exclusivo de autorizar a emissão de notas de banco na ~~Comunidade~~ **União**. O *BCE* e os bancos centrais nacionais podem emitir essas notas. As notas de banco emitidas pelo *BCE* e pelos bancos centrais nacionais são as únicas com curso legal na ~~Comunidade~~ **União**.

2. Os Estados-Membros podem emitir moedas metálicas, sob reserva de aprovação pelo *BCE* do volume da respectiva emissão. O **Parlamento Europeu e o Conselho**, ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 252.º e após consulta do BCE~~, **de acordo com o processo legislativo**, podem ~~adopter~~ **aprovar** medidas para harmonizar as denominações e especificações técnicas de todas as moedas metálicas destinadas à circulação, na medida do necessário para permitir a sua fácil circulação dentro da ~~Comunidade~~ **União**<sup>3</sup>. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao BCE.**

---

<sup>1</sup> Poderá perguntar-se se o Banco Central Europeu deve ser consultado apenas sobre as propostas – como parece sugerir o termo "*proposta*" utilizado nesta disposição – ou também sobre as recomendações, tal como parece acontecer na prática. Assim sendo, poder-se-ia completar este trecho mediante a inserção de "*ou recomendação*" depois de "*proposta*".

<sup>2</sup> Passagem do processo de parecer favorável para o processo de co-decisão (ver relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX –, CONV 424/02, pág. 17).

<sup>3</sup> Passagem do processo de cooperação para o processo de co-decisão (ver relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX –, CONV 424/02, pág. 16).



## Artigo 107.º

1. O *SEBC* é constituído pelo *BCE* e pelos bancos nacionais.
2. O *BCE* tem personalidade jurídica.
3. O *SEBC* é dirigido pelos órgãos de decisão do *BCE*, que são o Conselho do *BCE* e a Comissão Executiva.
4. Os Estatutos do *SEBC* constam ~~de um do~~ Protocolo ~~anexo ao presente Tratado~~. **relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu.**
5. Os artigos 5.º.1, 5.º.2, 5.º.3, 17.º, 18.º, 19.º.1, 22.º, 23.º, 24.º, 26.º, 32.º.2, 32.º.3, 32.º.4, 32.º.6, 33.º.1 a) e 36.º dos Estatutos do *SEBC* podem ser alterados pelo **Parlamento Europeu e pelo Conselho**, ~~deliberando quer por maioria qualificada, sob recomendação do BCE, após consulta da Comissão, quer por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta do BCE de acordo com o processo legislativo. Em qualquer dos casos é necessário o parecer favorável do Parlamento Europeu.~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Banco Central Europeu<sup>1</sup>.**
6. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, quer sob proposta da Comissão e após consulta Parlamento Europeu e do BCE quer deliberando sob recomendação do BCE e após consulta do Parlamento Europeu e da Comissão, adoptará as disposições~~ **aprovará as medidas a que se referem os artigos 4.º, 5.º.4, 19.º.2, 20.º, 28.º.1, 29.º.2, 30.º.4 e 34.º.3 dos Estatutos do *SEBC*. O Conselho delibera por maioria qualificada, quer sob proposta da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, quer sob recomendação do Banco Central Europeu e após consulta à Comissão. Em qualquer dos casos, delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

---

<sup>1</sup> Passagem do processo de parecer favorável para o processo de co-decisão (ver relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX –, CONV 424/02, pág. 17). Tendo em conta que o processo de co-decisão, como previsto no actual artigo 251.º do Tratado CE (e que passará a "processo legislativo"), foi concebido para funcionar apenas com três Instituições – Parlamento Europeu, Conselho e Comissão –, esta alteração processual implica que o Banco Central Europeu perderá a competência de emitir recomendações que lhe é conferida pelo actual n.º 5 do artigo 107.º do Tratado CE.

## Artigo 108.º

No exercício dos poderes e no cumprimento das atribuições e deveres que lhes são conferidos ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição** e pelos Estatutos do *SEBC*, o *BCE*, nem os bancos centrais nacionais, nem qualquer membro dos respectivos órgãos de decisão nem podem solicitar ou receber instruções das Instituições ou organismos ~~comunitários da União~~, dos Governos dos Estados-Membros ou de qualquer outra entidade. As Instituições e organismos ~~comunitários da União~~, bem como os Governos dos Estados-Membros, comprometem-se a respeitar este princípio e a não procurar influenciar os membros dos órgãos de decisão do *BCE* ou dos bancos centrais nacionais no desempenho das suas atribuições.

## Artigo 109.º

Cada um dos Estados-Membros assegurará, ~~o mais tardar até à data da instituição do SEBC~~, a compatibilidade da respectiva legislação nacional, incluindo os estatutos do seu banco central nacional, com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e com os Estatutos do *SEBC*.

## Artigo 110.º

1. Para o desempenho das atribuições cometidas ao *SEBC*, o *BCE* **aprova**, de acordo com as ~~disposições do presente Tratado~~ **a Constituição** e nas condições definidas nos Estatutos do *SEBC*:

- a) ~~adopta~~ Regulamentos **europeus** na medida do necessário para o desempenho das atribuições definidas no primeiro travessão do artigo 3.º 1, nos artigos 19.º 1, 22.º ou 25.º 2 dos Estatutos do *SEBC*, e nos casos previstos nos actos do Conselho a que se refere [o n.º 6 do artigo 107.º];
- b) ~~toma~~ As decisões **europeias** necessárias para o desempenho das atribuições cometidas ao *SEBC* ao abrigo ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** e dos Estatutos do *SEBC*;
- c) ~~formula~~ Recomendações e ~~emite~~ pareceres.

2. ~~O regulamento tem carácter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.~~

~~As recomendações e os pareceres não são vinculativos.~~

~~A decisão é obrigatória em todos os seus elementos para os destinatários que designar.<sup>1</sup>~~

[Os artigos ~~253.º~~<sup>2</sup>; 254.º e 256.º são aplicáveis aos regulamentos e decisões **europeus** do *BCE*.]

<sup>1</sup> Os três primeiros parágrafos deste número são redundantes em relação ao projecto de artigo “actos jurídicos” da Parte I (n.º 1 do artigo 24.º, CONV 571/03).

<sup>2</sup> A remissão para o artigo 253.º (fundamentação dos actos) é redundante em relação ao projecto de artigo “princípios comuns aos actos” da Parte I (n.º 2 do artigo 32.º, CONV 571/03).

O *BCE* pode decidir publicar<sup>1</sup> as suas decisões **européias**, as suas recomendações e os seus pareceres.

3. Nos limites e condições fixados pelo Conselho, de acordo com o procedimento previsto no [n.º 6 do artigo 107.º], o *BCE* pode aplicar multas ou sanções pecuniárias temporárias às empresas em caso de incumprimento de obrigações decorrentes dos seus regulamentos e decisões **européus**.

### **Artigo 110.º-A<sup>2</sup>**

**Sem prejuízo das competências do *BCE*,<sup>3</sup> o Conselho, deliberando por maioria qualificada dos referidos Estados-Membros, sob proposta da Comissão, e após consulta ao *BCE*, toma as outras aprova, por maioria qualificada dos membros do Conselho que representam os Estados-Membros<sup>4</sup> que não são objecto de derrogação<sup>5</sup>, as medidas necessárias para a rápida introdução do ECU a utilização do euro como moeda única desses Estados-Membros. É aplicável o [segundo período do n.º 5 do artigo 122.º]<sup>6</sup>. O Conselho delibera após consulta ao *BCE*.**

---

<sup>1</sup> Como o termo «*publicar*» implica a publicação no Jornal Oficial da União Europeia, poder-se-á perguntar se não seria preferível utilizar a expressão «*tornar públicos*».

<sup>2</sup> Desde a introdução do euro, em 1999, o actual n.º 4 do artigo 123.º tem sido utilizado como base jurídica para a aprovação das medidas relativas à moeda única. No entanto, esta base jurídica, que foi concebida numa perspectiva transitória, compreende expressões ultrapassadas, tais como «*medidas necessárias para a rápida introdução do ECU*», e, além disso, figura actualmente no capítulo relativo às disposições transitórias. Afigura-se pertinente que esta base jurídica seja estabilizada para assegurar o bom funcionamento da união monetária. Sugere-se, assim, a sua transferência para o capítulo relativo ao regime “ordinário” da política monetária, bem como a introdução das adaptações necessárias para consagrar o seu carácter definitivo, substituindo «*rápida introdução do ECU*» por «*utilização do euro*».

<sup>3</sup> Este trecho é novo; trata-se de uma adaptação destinada a evitar que a “estabilização” da base jurídica em questão afecte as atribuições do BCE.

<sup>4</sup> Esta fórmula – embora mais longa que a original – traduz com precisão a realidade institucional.

<sup>5</sup> Este conceito é definido num artigo que consta do actual capítulo consagrado às disposições transitórias (ver n.º 1 do artigo 116.º, na nova versão sugerida mais adiante).

<sup>6</sup> Esta remissão deve ler-se como sendo feita para o n.º 4 do artigo 116.º, na nova versão sugerida mais adiante.

### *Artigo 111.<sup>a</sup>*

*1. Em derrogação do disposto no artigo 300.º, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob recomendação do BCE ou da Comissão e após consulta ao BCE, numa tentativa para chegar a um consenso com este último, compatível com o objectivo da estabilidade dos preços, e após consulta ao Parlamento Europeu, de acordo com os mecanismos referidos no n.º 3, pode celebrar acordos formais relativos a um sistema de taxas de câmbio do ECU em relação às moedas não comunitárias. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação do BCE ou da Comissão e após consulta ao BCE, numa tentativa para chegar a um consenso com este último compatível com o objectivo da estabilidade dos preços, pode adoptar, ajustar ou abandonar as taxas centrais do ECU no sistema de taxas de câmbio. O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu acerca da adopção, ajustamento ou abandono das taxas centrais do ECU.*

*2. Na falta de um sistema de taxas de câmbio em relação a uma ou mais moedas não comunitárias a que se refere o n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, quer sob recomendação da Comissão e após consulta ao BCE quer sob recomendação do BCE, pode formular orientações gerais para uma política de taxas de câmbio em relação a essas moedas. Essas orientações gerais não podem prejudicar o objectivo primordial do SEBC de manutenção da estabilidade dos preços.*

*3. Em derrogação do disposto no artigo 300.º, sempre que a Comunidade tiver de negociar acordos relativos a questões monetárias ou ao regime cambial com um ou mais Estados ou organizações internacionais, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, e após consulta ao BCE, decide sobre os mecanismos para a negociação e para a celebração dos referidos acordos. Esses mecanismos devem assegurar que a Comunidade expresse uma posição única. A Comissão será plenamente associada a essas negociações.*

*Os acordos celebrados de acordo com o presente número vinculam as Instituições da Comunidade, o BCE e os Estados--Membros.*

*4. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao BCE, decide sobre a posição da Comunidade a nível internacional relativamente às questões que se revistam de especial interesse para a União Económica e Monetária e sobre a sua representação de acordo com a repartição de competências prevista nos artigos 99.º e 105.º.*

*5. Sob reserva da competência comunitária e dos acordos da Comunidade relativos à União Económica e Monetária, os Estados--Membros podem negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.*

---

<sup>1</sup> Este artigo deverá ser analisado pela Convenção no âmbito das questões relativas às relações externas, pelo que não é aqui abordado.

## CAPÍTULO 3

### DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

#### Artigo 112.º

1. O Conselho do *BCE* é composto pelos membros da Comissão Executiva do *BCE* e pelos governadores dos bancos centrais nacionais **dos Estados-Membros que não são objecto de derrogação**<sup>1</sup>.
2.
  - a) A Comissão Executiva é composta pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por quatro vogais.
  - b) O Presidente, o Vice-Presidente e os vogais da Comissão Executiva são nomeados, de entre personalidades de reconhecida competência e com experiência profissional nos domínios monetário ou bancário, de comum acordo, pelos Governos dos Estados--Membros, a nível de Chefes de Estado ou de Governo, sob recomendação do Conselho e após este ter consultado o Parlamento Europeu e o Conselho do BCE.

A duração do respectivo mandato é de oito anos, não renováveis.

Só nacionais dos Estados--Membros podem ser membros da Comissão Executiva.

#### Artigo 113.º

1. O Presidente do Conselho<sup>2</sup> e um membro da Comissão podem participar, sem direito de voto, nas reuniões do Conselho do *BCE*.

O Presidente do Conselho pode submeter moções à deliberação do Conselho do *BCE*.

2. O Presidente do *BCE* será convidado a participar nas reuniões do Conselho sempre que este delibere sobre questões relativas aos objectivos e atribuições do *SEBC*.

---

<sup>1</sup> Esta alteração limita-se a clarificar explicitamente o actual regime, conforme decorre das disposições conjugadas do último período do n.º 3 do actual artigo 122.º (que passa a n.º 2 do artigo 116.º na nova versão sugerida mais adiante) e dos artigos 43.º-4 et 10.º-1 dos Estatutos do SEBC.

<sup>2</sup> A Convenção poderia ponderar a oportunidade de adaptar esta disposição à prática actual, que é a seguinte: quando a presidência do Conselho é exercida por um Estado-Membro que não adoptou o euro, é o presidente do «Eurogrupo» que participa, em nome do Conselho, nas reuniões do Conselho do BCE. Por outro lado, sobre a utilização da expressão “*presidente do Conselho*”, ver nota relativa ao artigo 100.º.

3. O *BCE* enviará anualmente ao Parlamento Europeu, ao Conselho, à Comissão e ainda ao Conselho Europeu um relatório sobre as actividades do *SEBC* e sobre a política monetária do ano anterior e do ano em curso. O Presidente do *BCE* apresentará esse relatório ao Conselho e ao Parlamento Europeu, que, com base nesse relatório, pode proceder a um debate de carácter geral.

O Presidente do *BCE* e os outros membros da Comissão Executiva podem, a pedido do Parlamento Europeu ou por sua própria iniciativa, ser ouvidos pelas competentes comissões do Parlamento Europeu.

#### Artigo 114.º

1. Com o objectivo de promover a coordenação das políticas dos Estados-Membros na medida do necessário ao funcionamento do mercado interno, é instituído um Comité ~~Monetário de natureza consultiva~~ **Económico e Financeiro**.

~~O Comité tem as seguintes funções:~~

~~— acompanhar a situação monetária e financeira dos Estados-Membros e da Comunidade, bem como o sistema geral de pagamentos dos Estados-Membros, e apresentar regularmente o correspondente relatório ao Conselho e à Comissão;~~

~~— formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão quer por iniciativa própria, destinados a estas Instituições;~~

~~— sem prejuízo do disposto no artigo 207.º, contribuir para a preparação dos trabalhos do Conselho a que se referem os artigos 59.º e 60.º, os n.ºs 2, 3, 4 e 5 do artigo 99.º, os artigos 100.º, 102.º, 103.º e 104.º, o n.º 2 do artigo 116.º, o n.º 6 do artigo 117.º, os artigos 119.º e 120.º, o n.º 2 do artigo 121.º e o n.º 1 do artigo 122.º;~~

~~— examinar, pelo menos uma vez por ano, a situação relativa aos movimentos de capitais e à liberdade de pagamentos, tal como resultam da aplicação do presente Tratado e das medidas adoptadas pelo Conselho, devendo este exame englobar todas as medidas respeitantes aos movimentos de capitais e aos pagamentos; o Comité informará a Comissão e o Conselho dos resultados deste exame.~~

~~Os Estados-Membros e a Comissão nomearão, cada um, dois membros do Comité Monetário.<sup>1</sup>~~

~~2. No início da terceira fase é instituído um Comité Económico e Financeiro. O Comité Monetário a que se refere o n.ºs 1 é dissolvido.~~

---

<sup>1</sup> Número relativo ao Comité Monetário (já dissolvido por força do número seguinte): obsoleto.

~~O Comité Económico e Financeiro~~ **Este Comité** tem por funções:

- a) Formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão quer por iniciativa própria, destinados a estas Instituições;
- b) Acompanhar a situação económica e financeira dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União** e apresentar regularmente o correspondente relatório ao Conselho e à Comissão, nomeadamente sobre as relações financeiras com países terceiros e instituições internacionais;
- c) Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], contribuir para a preparação dos trabalhos do Conselho a que se referem os [artigos 59.º e 60.º, os n.ºs 2, 3, 4 e 5 do artigo 99.º, os artigos 100.º, 102.º, 103.º e 104.º, o n.º 6 do artigo 105.º, o n.º 2 do artigo 106.º, os n.ºs 5 e 6 do artigo 107.º, os artigos 111.º e 119.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 120.º, o n.º 2 do artigo 122.º, os n.ºs 4 e 5 do artigo 123.º], e exercer outras funções consultivas e preparatórias que lhe forem confiadas pelo Conselho;
- d) Examinar, pelo menos uma vez por ano, a situação relativa aos movimentos de capitais e à liberdade de pagamentos, tal como resultam da aplicação ~~do Tratado da~~ **Constituição** e das medidas ~~de~~ **aprovadas pelo** Conselho, devendo este exame englobar todas as medidas respeitantes aos movimentos de capitais e aos pagamentos; o Comité informará a Comissão e o Conselho dos resultados deste exame.

Os Estados-Membros, a Comissão e o *BCE* nomearão, cada um, no máximo, dois membros do Comité.

3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão e após consulta do BCE e do Comité a que se refere o presente artigo, estabelecerá,~~ **aprovará por maioria qualificada uma decisão europeia que estabelecerá** disposições pormenorizadas relativas à composição do Comité Económico e Financeiro. **O Conselho delibera após consulta ao BCE e a este Comité.** O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu dessa decisão.

4. Além das funções previstas no n.º 2, o Comité, se e enquanto existirem Estados-Membros que ~~beneficiem~~ **sejam objecto** de derrogação nos termos dos [artigos 122.º e 123.º]<sup>1</sup>, acompanhará a situação monetária e financeira e o sistema geral de pagamentos desses Estados-Membros e apresentará regularmente o correspondente relatório ao Conselho e à Comissão<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Esta remissão deve ler-se como sendo feita para o n.º 1 do artigo 116.º, na nova versão sugerida mais adiante.

<sup>2</sup> Atendendo ao seu carácter transitório, poderia ponderar-se a transferência deste número para o actual capítulo consagrado às disposições transitórias, por exemplo para o artigo 118.º, na nova versão sugerida mais adiante.

## Artigo 115.º

O Conselho ou qualquer dos Estados-Membros pode solicitar à Comissão que apresente uma recomendação ou uma proposta, conforme o caso, relativamente a questões do âmbito de aplicação do [n.º 4 do artigo 99.º, do artigo 104.º, com excepção do seu n.º 14, dos artigos 111.º, 121.º<sup>1</sup>, 122.º<sup>2</sup>, e dos n.ºs 4<sup>3</sup> e 5<sup>4</sup>] do artigo 123.º. A Comissão analisa esse pedido e apresenta sem demora as suas conclusões ao Conselho.

- 
- <sup>1</sup> Esta remissão deve ler-se como sendo feita para o n.º 1 do artigo 117.º, na nova versão sugerida mais adiante.
- <sup>2</sup> Esta remissão deve ler-se como sendo feita para os n.ºs 1 e 2 dos artigos 116.º e 117.º, na nova versão sugerida mais adiante.
- <sup>3</sup> Esta remissão deve ler-se como sendo feita para o artigo 110.º-A, na nova versão sugerida mais adiante.
- <sup>4</sup> Esta remissão deve ler-se como sendo feita para o n.º 3 do artigo 117.º, na nova versão sugerida mais adiante.



A fim de ter em conta que a transição para a adopção do euro está consumada, são propostas adaptações substanciais a este capítulo, que deverá ser agora essencialmente consagrado ao regime aplicável aos Estados-Membros que não adoptaram o euro e aos procedimentos tendo em vista a sua adopção por esses Estados-Membros.

Propõe-se assim a supressão de muitas disposições deste capítulo que se tornaram obsoletas, bem como uma reestruturação mais lógica das restantes. Na maior parte dos casos, as alterações adiante sugeridas consistem em meras transferências dos textos existentes. Por este motivo, ao contrário do que foi feito no resto do relatório, as disposições transferidas continuam em caracteres normais, sendo a origem sempre assinalada em nota de rodapé; só as partes realmente novas em relação ao Tratado actual são reproduzidas a negro.

Para melhor ilustrar o resultado das alterações sugeridas, junta-se um texto "passado a limpo" deste capítulo.

## CAPÍTULO 4

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

#### Artigo 116.<sup>o1</sup>

~~1. — A segunda fase da realização da União Económica e Monetária tem início em 1 de Janeiro de 1994.~~

~~2. — Antes dessa data:~~

~~a) — Cada Estado-Membro deve:~~

~~— adoptar, se necessário, medidas adequadas para dar cumprimento às proibições previstas no artigo 56.º, no artigo 101.º e no n.º 1 do artigo 102.º;~~

~~— adoptar, se necessário, tendo em vista permitir a avaliação prevista na alínea b), programas plurianuais destinados a assegurar a convergência duradoura necessária à realização da União Económica e Monetária, em especial no que se refere à estabilidade dos preços e à solidez das finanças públicas.~~

---

<sup>1</sup> O texto actual, obsoleto, foi suprimido (na nota seguinte são tecidas considerações específicas sobre o n.º 5) e substituído por outro, constituído por quatro números retomados das actuais disposições: ver adiante.

~~b) — O Conselho, com base em relatório da Comissão, deve avaliar os progressos alcançados em matéria de convergência económica e monetária, em especial no que diz respeito à estabilidade dos preços e à solidez das finanças públicas, bem como os progressos alcançados com a aplicação da legislação comunitária relativa ao mercado interno.~~

~~3. — O disposto no artigo 101.º, no n.º 1 do artigo 102.º, no n.º 1 do artigo 103.º e no artigo 104.º, com excepção dos seus n.ºs 1, 9, 11 e 14, é aplicável a partir do início da segunda fase.~~

~~O disposto no n.º 2 do artigo 100.º, nos n.ºs 1, 9 e 11 do artigo 104.º, nos artigos 105.º, 106.º, 108.º, 111.º, 112.º e 113.º e nos n.ºs 2 e 4 do artigo 114.º é aplicável a partir do início da terceira fase.~~

~~4. — Na segunda fase, os Estados-Membros envidarão esforços para evitar défices orçamentais excessivos.~~

~~5. — No decurso da segunda fase, cada Estado-Membro deve, se for caso disso, iniciar o processo conducente à independência do seu banco central, nos termos do artigo 109.º.<sup>1</sup>~~

1. Os Estados-Membros a cujo respeito o Conselho não tenha **decidido** que satisfazem as condições necessárias para a adopção do **euro** serão objecto de uma derrogação tal como definida no n.º 2 do presente artigo. Esses Estados-Membros serão adiante designados por «Estados-Membros objecto de uma derrogação».<sup>2</sup>

2. A derrogação prevista no n.º 1 implica que os seguintes artigos não sejam aplicáveis ao Estado-Membro em causa: [n.ºs 9 e 11 do artigo 104.º, n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 105.º, artigos 106.º, 110.º, 111.º e n.º 2, alínea b), do artigo 112.º]. A exclusão desse Estado-Membro e do seu banco central nacional dos direitos e obrigações no âmbito do *SEBC* consta do Capítulo IX dos Estatutos do *SEBC*.<sup>3</sup>

3. Nos [n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 105.º, nos artigos 106.º, 110.º, 111.º e no n.º 2, alínea b), do artigo 112.º], por «Estados-Membros» deve entender-se os Estados-Membros que não são objecto de derrogação<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Note-se que as disposições conjugadas do n.º 2 do presente artigo na sua nova versão, dos artigos 108.º e 109.º do TCE, e ainda dos artigos 7.º e 14.º dos Estatutos do SEBC obrigam doravante os Estados-Membros a assegurar a independência dos respectivos bancos centrais.

<sup>2</sup> Este número foi retomado do actual segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 122.º, com meras adaptações formais. Note-se que para os dez Estados aderentes a derrogação resultará explicitamente do Acto de Adesão.

<sup>3</sup> Os n.ºs 2 a 4 são retomados dos n.ºs 3 a 5 do actual artigo 122.º.

<sup>4</sup> Note-se que o n.º 1 do artigo 105.º não faz qualquer referência explícita à expressão “*Estados-Membros*”.

4. Os direitos de voto dos Estados-Membros objecto de derrogação serão suspensos em relação às **decisões medidas** do Conselho a que se referem os artigos ~~do presente Tratado da Constituição~~ enumerados no n.º 3 2. Neste caso, em derrogação do ~~disposto no~~ [artigo 205.º e do n.º 1 do artigo 250.º], a maioria qualificada é definida como dois terços dos votos dos representantes dos Estados-Membros que não são objecto de derrogação, ponderados de acordo com o ~~disposto no~~ [n.º 2 do artigo 205.º], e é exigida a unanimidade desses Estados-Membros para todos os actos que exijam unanimidade.

#### Artigo 117.º <sup>1</sup>

~~1. — No início da segunda fase, é instituído e entra em funções um Instituto Monetário Europeu, a seguir designado por "IME", que tem personalidade jurídica e é dirigido e gerido por um Conselho, composto por um Presidente e pelos governadores dos bancos centrais nacionais, um dos quais será Vice-Presidente.~~

~~O Presidente é nomeado, de comum acordo, pelos Governos dos Estados-Membros a nível de Chefes de Estado ou de Governo, sob recomendação do Conselho do IME e após consulta do Parlamento Europeu e do Conselho. O Presidente é escolhido de entre personalidades de reconhecida competência e com experiência profissional nos domínios monetário ou bancário. Só pode ser Presidente do IME um nacional dos Estados-Membros. O Conselho do IME designa o Vice-Presidente.~~

~~Os Estatutos do IME constam de um Protocolo anexo ao presente Tratado.~~

~~2. — O IME deve:~~

~~— reforçar a cooperação entre os bancos centrais nacionais;~~

~~— reforçar a coordenação das políticas monetárias dos Estados-Membros com o objectivo de garantir a estabilidade dos preços;~~

~~— supervisionar o funcionamento do Sistema Monetário Europeu;~~

~~— proceder a consultas sobre questões da competência dos bancos centrais nacionais, que afectem a estabilidade das Instituições e mercados financeiros;~~

~~— assumir as atribuições do Fundo Europeu de Cooperação Monetária, que é dissolvido; as modalidades de dissolução constam dos Estatutos do IME;~~

~~— promover a utilização do ECU e supervisionar a sua evolução, incluindo o bom funcionamento do respectivo sistema de compensação.~~

---

<sup>1</sup> Os n.ºs 1 e 3 a 9 do texto actual, obsoletos, foram suprimidos. Uma parte do n.º 2 - com o texto cortado e em itálico - mantém-se, com algumas adaptações, mas figura agora no novo n.º 2 do artigo 118.º. O artigo 117.º foi substituído por um texto composto por três números retomados das disposições existentes (ver mais adiante).

3. ~~Para a preparação da terceira fase, o IME deve:~~

- ~~preparar os instrumentos e procedimentos necessários para a execução de uma política monetária única na terceira fase;~~
- ~~promover, sempre que necessário, a harmonização das normas e práticas que regulam a recolha, organização e divulgação de estatísticas no domínio das suas atribuições;~~
- ~~preparar as normas para as operações a realizar pelos bancos centrais nacionais no quadro do SEBC;~~
- ~~promover a eficácia dos pagamentos transnacionais;~~
- ~~supervisar a preparação técnica das notas de banco denominadas em ECU.~~

~~O mais tardar até 31 de Dezembro de 1996, o IME definirá o quadro administrativo, organizativo e logístico necessário para que o SEBC desempenhe as suas atribuições na terceira fase. Esse quadro será submetido a decisão do BCE, aquando da sua instituição.~~

4. ~~O IME, deliberando por maioria de dois terços dos membros do respectivo Conselho, pode:~~

- ~~formular pareceres ou recomendações sobre a orientação global das políticas monetária e cambial, bem como sobre as medidas a elas relativas adoptadas em cada Estado-Membro;~~
- ~~apresentar parecer ou recomendações aos Governos e ao Conselho sobre políticas que possam afectar a situação monetária interna ou externa na Comunidade e, em especial, o funcionamento do Sistema Monetário Europeu;~~
- ~~formular recomendações à autoridades monetárias dos Estados-Membros sobre a condução das respectivas políticas monetárias.~~

5. ~~O IME, deliberando por unanimidade, pode decidir tornar públicos os seus pareceres e recomendações.~~

6. ~~O IME será consultado pelo Conselho sobre qualquer proposta de acto comunitário no domínio das suas atribuições.~~

~~Nos limites e condições fixados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta, conforme o caso, do Parlamento Europeu e do IME, este será consultado pelas autoridades dos Estados-Membros sobre qualquer projecto de disposição legal no domínio das suas atribuições.~~

7. ~~O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta do Parlamento Europeu e do IME, pode conferir ao IME outras atribuições relacionadas com a preparação da terceira fase.~~

~~8. Sempre que o presente Tratado atribua um papel consultivo ao BCE, as referências ao BCE devem ser entendidas, antes da instituição do BCE, como referências ao IME.~~

~~9. Durante a segunda fase, a sigla "BCE" utilizada nos artigos 230.º, 232.º, 233.º, 234.º, 237.º e 288.º deve ser entendida como uma referência ao IME.~~

1. Pelo menos de dois em dois anos, ou a pedido de um Estado-Membro objecto de derrogação, a Comissão e o *BCE* apresentarão relatórios ao Conselho<sup>1</sup> sobre os progressos alcançados pelos Estados-Membros **objecto de derrogação** no cumprimento das suas obrigações relativas à realização da União Económica e Monetária. Esses relatórios devem conter um estudo da compatibilidade da legislação nacional de cada **um desses** Estados-Membros, incluindo os estatutos do seu banco central nacional, com o disposto nos [artigos 108.º e 109.º] ~~do presente Tratado da Constituição e nos Estatutos do SEBC~~. Os relatórios analisarão igualmente a realização de um elevado grau de convergência sustentada, com base na observância, por cada **um desses** Estados-Membros, dos seguintes critérios:

- a) Realização de um elevado grau de estabilidade dos preços, evidenciado por uma taxa de inflação próxima da taxa dos três Estados-Membros, no máximo, com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;
- b) Sustentabilidade das finanças públicas, evidenciada por uma situação orçamental sem défice excessivo na acepção do [n.º 6 do artigo 104.º];
- c) Observância, durante pelo menos dois anos, das margens normais de flutuação previstas no mecanismo de taxas de câmbio ~~do Sistema Monetário Europeu~~<sup>2</sup>, sem uma desvalorização da moeda em relação ~~à moeda de qualquer outro Estado-Membro ao euro~~<sup>3</sup>;
- d) Carácter duradouro da convergência alcançada pelo Estado-Membro **objecto de derrogação** e da sua participação no mecanismo de taxas de câmbio ~~de Sistema Monetário Europeu~~<sup>4</sup>, que deve igualmente reflectir-se nos níveis das taxas de juro a longo prazo.

<sup>1</sup> Este texto é retomado do primeiro período do n.º 2 do actual artigo 122.º. O resto deste número é retomado, com algumas adaptações, do n.º 1 do actual artigo 121.º.

<sup>2</sup> Note-se que, na sequência da introdução do euro, as componentes do Sistema Monetário Europeu que não o mecanismo de taxas de câmbio deixaram de existir. Por outro lado, o mecanismo de taxas de câmbio foi alterado e é agora designado «MTC II». Por uma questão de simplificação e a fim de evitar o risco de obsolescência das referências na futura Constituição, poderia ponderar-se a hipótese de deixar de mencionar um mecanismo de taxas de câmbio específico, recorrendo antes a uma fórmula genérica, como aqui se sugere.

<sup>3</sup> Esta sugestão de alteração baseia-se no facto de que o parâmetro de referência passou a ser o euro.

<sup>4</sup> Como atrás indicado na nota relativa à alínea c), as componentes do Sistema Monetário Europeu que não o mecanismo de taxas de câmbio deixaram de existir, e este mecanismo foi alterado e é agora designado «MTC II».

Os quatro critérios a que se refere o presente número e os respectivos períodos durante os quais devem ser respeitados vêm especificados ~~num~~ **no Protocolo relativo aos critérios de convergência anexo ao presente Tratado**. Os relatórios da Comissão e do ~~IME~~ **BCE** devem ter, de igual modo, em conta ~~o desenvolvimento do ECU~~, os resultados da integração dos mercados, a situação e a evolução da balança de transacções correntes e a análise de evolução dos custos unitários do trabalho e de outros índices de preços.

2. Após ter consultado o Parlamento Europeu e debatido a questão no Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, decidirá **por maioria qualificada** quais são os Estados-Membros **objecto que beneficiam** de derrogação que preenchem as condições necessárias com base nos critérios fixados no [n.º 1 do artigo 121.º]<sup>1</sup>, e revogará as derrogações dos Estados-Membros em causa.<sup>2</sup>

3. Se, de acordo com o procedimento previsto no [n.º 2 do artigo 122.º]<sup>3</sup>, for decidido revogar uma derrogação, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade dos Estados-Membros que não beneficiam de uma derrogação e do Estado-Membro em causa~~, sob proposta da Comissão, **por unanimidade dos membros do Conselho que representam os Estados-Membros**<sup>4</sup> **que não são objecto de derrogação e o Estado-Membro em causa** e após consulta do BCE, fixa **irrevogavelmente**<sup>5</sup> a taxa à qual o ~~ECU~~ **euro** substitui a moeda do Estado-Membro em causa e toma as outras medidas necessárias para a introdução do ~~ECU~~ **euro** como moeda única ~~nesse~~ **no** Estado-Membro ~~em causa~~. **O Conselho delibera após consulta ao Banco Central Europeu.**<sup>6</sup>

#### Artigo 118.º<sup>7</sup>

~~A composição do cabaz de moedas do ECU permanece inalterada.~~

~~A partir do início da terceira fase, o valor do ECU é irrevogavelmente fixado de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 123.º.~~

---

<sup>1</sup> Esta remissão deve ler-se como sendo feita para o n.º 1 do presente artigo, na nova versão aqui sugerida.

<sup>2</sup> Este número foi retomado do segundo período do n.º 2 do actual artigo 122.º, com meras adaptações formais.

<sup>3</sup> Esta remissão deve ler-se como sendo feita para o n.º 2 do presente artigo, na nova versão aqui sugerida.

<sup>4</sup> Esta fórmula – embora mais longa que a original – traduz com precisão a realidade institucional.

<sup>5</sup> O aditamento deste advérbio permite retomar um elemento substancial constante do artigo 118.º, cuja revogação é adiante proposta.

<sup>6</sup> Este número foi retomado do n.º 5 do actual artigo 123.º, com meras adaptações formais.

<sup>7</sup> O texto actual, obsoleto, foi suprimido. A referência ao carácter irrevogável da fixação do valor da moeda única é retomada no n.º 3 do artigo 117.º, na nova versão acima sugerida. Este artigo é substituído por um texto constituído por dois números retomados das disposições existentes (ver adiante).

1. Sem prejuízo do disposto no [n.º 3 do artigo 107.º] ~~do presente Tratado da Constituição~~, se e enquanto existirem Estados-Membros ~~que beneficiem~~ **objecto** de derrogação, o Conselho Geral do *BCE* a que se refere o artigo 45.º dos Estatutos do *SEBC* constitui um terceiro órgão de decisão do *BCE*.<sup>1</sup>

2. **Se e enquanto existirem Estados-Membros objecto de derrogação, o *BCE*<sup>2</sup> deve, no que respeita a esses Estados-Membros :**

- a) Reforçar a cooperação entre os bancos centrais nacionais;
- b) Reforçar a coordenação das políticas monetárias dos Estados-Membros com o objectivo de garantir a estabilidade dos preços;
- c) Supervisar o funcionamento do ~~Sistema Monetário Europeu~~ <sup>3</sup> **mecanismo de taxas de câmbio**;
- d) Proceder a consultas sobre questões da competência dos bancos centrais nacionais, que afectem a estabilidade das instituições e mercados financeiros;
- e) **Exercer** ~~assumir~~ as **antigas** atribuições do Fundo Europeu de Cooperação Monetária, ~~que é dissolvido; as modalidades de dissolução constam dos Estatutos do IME~~ **anteriormente assumidas pelo *IME***.<sup>4</sup>

#### **Artigo 118.º-A <sup>5</sup>**

~~Até ao início da terceira fase, cada~~ **Cada** Estado-Membro **objecto de derrogação** tratará a sua política cambial como uma questão de interesse comum. Ao fazê-lo, ~~os Estados-Membros terão~~ **terá** em conta a experiência adquirida no âmbito da cooperação no ~~Sistema Monetário Europeu (SME) e com a evolução do ECU, respeitando as competências existentes~~ **mecanismo de taxas de câmbio**.<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Este número foi retomado do n.º 3 do actual artigo 123.º, com meras adaptações formais.

<sup>2</sup> Novo trecho que tem em conta a substituição do Instituto Monetário Europeu pelo Banco Central Europeu.

<sup>3</sup> A respeito desta referência ao Sistema Monetário Europeu, ver nota relativa à alínea c) do n.º 1 do artigo 117.º, na nova versão acima sugerida.

<sup>4</sup> Este número, com exclusão do período introdutório (ver acima, a respeito do aditamento de um trecho no início do número), foi retomado do n.º 2 do actual artigo 117.º, com algumas adaptações, para ter em conta a liquidação do Instituto Monetário Europeu.

<sup>5</sup> Nova disposição que retoma com algumas adaptações o n.º 1 do actual artigo 124.º.

<sup>6</sup> A respeito desta referência ao Sistema Monetário Europeu, ver nota relativa à alínea c) do n.º 1 do artigo 117.º, na nova versão acima sugerida.

## Artigo 119.<sup>o1</sup>

1. Se algum Estado-Membro **objecto de derrogação** se encontrar em dificuldades, ou sob grave ameaça de dificuldades relativamente à sua balança de pagamentos, quer estas resultem de um desequilíbrio global da sua balança quer do tipo de divisas de que dispõe, e se tais dificuldades forem susceptíveis de, designadamente, comprometer o funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno** ou a ~~progressiva~~ realização da política comercial comum, a Comissão procederá imediatamente à análise da situação desse Estado, bem como da acção que ele empreendeu ou pode empreender, nos termos ~~do presente Tratado da Constituição~~, recorrendo a todos os meios de que dispõe. A Comissão indicará as medidas cuja adopção recomenda ao Estado-Membro em causa.

Se a acção empreendida por um Estado-Membro **objecto de derrogação** e as medidas sugeridas pela Comissão não se afigurarem suficientes para remover as dificuldades ou ameaças de dificuldades existentes, a Comissão recomendará ao Conselho, após consulta ao Comité ~~a que se refere o artigo 114.º~~ **Económico e Financeiro**, a concessão de assistência mútua e os métodos adequados para o efeito.

A Comissão manterá o Conselho regularmente informado da situação e da maneira como esta evolui.

2. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, concederá **por maioria qualificada** a assistência mútua; ~~adoptará as directivas~~ **aprovará as leis-quadro europeias** ou as decisões **europeias**, fixando as condições e modalidades dessa assistência, que pode assumir, designadamente, a forma de:

- a) Uma acção concertada junto de outras organizações internacionais a que os Estados-Membros **objecto de derrogação** podem recorrer;
- b) Medidas necessárias para evitar desvios de tráfego, sempre que o Estado-Membro, **objecto de derrogação que se encontre** em dificuldades mantenha ou restabeleça restrições quantitativas relativamente a países terceiros;
- c) Concessão de créditos limitados por parte de outros Estados-Membros, sob condição de que estes dêem o seu acordo.

3. Se a assistência mútua recomendada pela Comissão não for concedida pelo Conselho ou se a assistência mútua concedida e as medidas tomadas forem insuficientes, a Comissão autorizará o Estado-Membro **objecto de derrogação que se encontre** em dificuldades a tomar medidas de protecção, de que fixará as condições e modalidades.

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode revogar esta autorização e modificar estas condições e modalidades.

---

<sup>1</sup> O texto deste artigo mantém-se com algumas adaptações, à excepção do n.º 4, que foi suprimido, mas cuja essência se mantém através do aditamento de “*objecto de derrogação*” nos n.ºs 1, 2 e 3.



~~4. Sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 122.º, o presente artigo deixa de ser aplicável a partir do início da terceira fase.<sup>1</sup>~~

#### Artigo 120.º<sup>2</sup>

1. Em caso de crise súbita na balança de pagamentos e se não for imediatamente tomada uma decisão, na acepção do [n.º 2 do artigo 119.º], ~~o~~ **um** Estado-Membro ~~em causa~~ **objecto de derrogação** pode, a título cautelar, tomar as medidas de protecção necessárias. Estas devem provocar o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado ~~em um~~ **interno** e não exceder o estritamente indispensável para sanar as dificuldades súbitas que se tenham manifestado.

2. A Comissão e os outros Estados-Membros devem ser informados destas medidas de protecção, o mais tardar no momento da sua entrada em vigor. A Comissão pode recomendar ao Conselho a concessão de assistência mútua nos termos do [artigo 119.º].

3. Sob parecer da Comissão e após consulta ao Comité ~~a que se refere o artigo 114.º Económico e Financeiro~~, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, pode decidir, **por maioria qualificada**, que o Estado-Membro em causa deve modificar, suspender ou suprimir as medidas de protecção acima referidas.

~~4. Sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 122.º, o presente artigo deixa de ser aplicável a partir do início da terceira fase.<sup>3</sup>~~

#### ~~Artigo 121.º<sup>4</sup>~~

~~1. A Comissão e o IME apresentarão relatórios ao Conselho sobre os progressos alcançados pelos Estados-Membros no cumprimento das suas obrigações relativas à realização da União Económica e Monetária. Esses relatórios devem conter um estudo da compatibilidade da legislação nacional de cada Estado-Membro, incluindo os estatutos do seu banco central nacional, com o disposto nos artigos 108.º e 109.º do presente Tratado e nos Estatutos do SEBC. Os relatórios analisarão igualmente a realização de um elevado grau de convergência sustentada, com base na observância, por cada Estado-Membro, dos seguintes critérios:~~

~~— a realização de um elevado grau de estabilidade dos preços, que será expresso por uma taxa de inflação que esteja próxima da taxa, no máximo, dos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;~~

<sup>1</sup> Ver nota anterior.

<sup>2</sup> O texto deste artigo mantém-se com algumas adaptações, à excepção do n.º 4, que foi suprimido, mas cuja essência se mantém através do aditamento de “*objecto de derrogação*” no n.º 1.

<sup>3</sup> Ver nota anterior.

<sup>4</sup> Os n.ºs 2 a 4 do texto actual, obsoletos, foram suprimidos. O n.º 1 - com o texto cortado e em itálico - mantém-se, com algumas adaptações, mas figura agora no n.º 1 do artigo 117.º, na nova versão acima sugerida. Deste modo, o artigo 121.º desapareceria no novo texto.

~~a sustentabilidade das suas finanças públicas, que será traduzida pelo facto de ter alcançado uma situação orçamental sem défice excessivo, determinado nos termos do n.º 6 do artigo 104.º;~~

~~a observância, durante pelo menos dois anos, das margens normais de flutuação previstas no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, sem ter procedido a uma desvalorização em relação à moeda de qualquer outro Estado-Membro;~~

~~o carácter duradouro da convergência alcançada pelo Estado-Membro e da sua participação no mecanismo de taxas de câmbio de Sistema Monetário Europeu deve igualmente reflectir-se nos níveis das taxas de juro a longo prazo.~~

~~Os quatro critérios a que se refere o presente número e os respectivos períodos durante os quais devem ser respeitados vêm desenvolvidos num Protocolo anexo ao presente Tratado. Os relatórios da Comissão e do IME devem ter, de igual modo, em conta o desenvolvimento do ECU, os resultados da integração dos mercados, o nível e a evolução da balança de transacções correntes e a análise de evolução dos custos unitários de trabalho e de outros índices de preços.~~

~~2. Com base nestes relatórios, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, avaliará:~~

~~relativamente a cada Estado-Membro, se preenche as condições necessárias para a adopção de uma moeda única;~~

~~se a maioria dos Estados-Membros preenche as condições necessárias para a adopção de uma moeda única;~~

~~e transmitirá, sob a forma de recomendação, as suas conclusões ao Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo. O Parlamento Europeu será consultado e transmitirá o seu parecer ao Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo.~~

~~3. Tendo em devida conta os relatórios a que se refere o n.º 1 e o parecer do Parlamento Europeu a que se refere o n.º 2, o Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo, deliberando por maioria qualificada, o mais tardar até 31 de Dezembro de 1996:~~

~~decidirá, com base nas recomendações do Conselho a que se refere o n.º 2, se a maioria dos Estados-Membros satisfaz as condições necessárias para a adopção de uma moeda única;~~

~~decidirá se é conveniente que a Comunidade passe para a terceira fase;~~

~~e, em caso afirmativo,~~

~~fixará a data para o início da terceira fase.~~

~~4. — Se, no final de 1997, não tiver sido fixada a data para o início da terceira fase, esta tem início em 1 de Janeiro de 1999. Até de 1 de Julho de 1998, o Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo, e depois de repetido o procedimento previsto nos n.ºs 1 e 2, com excepção do segundo travessão do n.º 2, tendo em conta os relatórios a que se refere o n.º 1 e o parecer do Parlamento Europeu, e deliberando por maioria qualificada, com base nas recomendações do Conselho a que se refere o n.º 2, confirmará quais os Estados-Membros que satisfazem as condições necessárias para a adopção de uma moeda única.~~

#### ~~Artigo 122.º<sup>1</sup>~~

~~1. — Se tiver sido tomada a decisão de fixar a data, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 121.º, o Conselho, com base nas suas recomendações a que se refere o n.º 2 do artigo 121.º, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, decidirá se alguns Estados-Membros e, em caso afirmativo, quais, devem beneficiar de uma derrogação tal como definida no n.º 3 do presente artigo. Esses Estados-Membros serão adiante designados por "Estados-Membros que beneficiam de uma derrogação".~~

~~*Se o Conselho tiver confirmado quais os Estados-Membros que satisfazem as condições necessárias para a adopção de uma moeda única, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 121.º, os Estados-Membros que não satisfaçam essas condições beneficiarão de uma derrogação tal como definida no n.º 3 do presente artigo. Esses Estados-Membros serão adiante designados por "Estados-Membros que não beneficiam de uma derrogação".*~~

~~2. — Pelo menos de dois em dois anos, ou a pedido de um Estado-Membro que beneficie de uma derrogação, a Comissão e o BCE apresentarão relatórios ao Conselho, de acordo com o procedimento previsto no n.º 1 do artigo 121.º. Após ter consultado o Parlamento Europeu e debatido a questão no Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, decidirá quais são os Estados-Membros que beneficiam de uma derrogação que preenchem as condições necessárias com base nos critérios fixados no n.º 1 do artigo 121.º, e revogará as derrogações dos Estados-Membros em causa.~~

~~3. — A derrogação prevista no n.º 1 implica que os seguintes artigos não sejam aplicáveis ao Estado-Membro em causa: n.ºs 9 e 11 do artigo 104.º, n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 105.º, artigos 106.º, 110.º, 111.º e n.º 2, alínea b), do artigo 112.º. A exclusão desse Estado-Membro e do seu banco central nacional dos direitos e obrigações no âmbito do SEBC consta do Capítulo IX dos Estatutos do SEBC.~~

---

<sup>1</sup> O primeiro parágrafo do n.º 1 do texto actual, obsoleto, foi suprimido, tal como o n.º 6, cuja essência é contudo retomada no n.º 1 do artigo 119.º e no n.º 1 do artigo 120.º (ver notas relativas a estes artigos). O segundo parágrafo do n.º 1 e os n.ºs 2 a 5 – com o texto cortado e em itálico – mantêm-se, com algumas adaptações, mas figuram agora nos n.ºs 1 e 2 dos artigos 116.º e 117.º, nas novas versões acima sugeridas. Assim sendo, o artigo 122.º já não figura no novo texto.

~~4. — Nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 105.º, nos artigos 106.º, 110.º, 111.º e no n.º 2, alínea b), do artigo 112.º, por "Estados-Membros" deve entender-se "Estados-Membros que não beneficiam de uma derrogação".~~

~~5. — Os direitos de voto dos Estados-Membros que beneficiem de uma derrogação serão suspensos em relação às decisões do Conselho a que se referem os artigos do presente Tratado enumerados no n.º 3. Neste caso, em derrogação do disposto no artigo 205.º e no n.º 1 do artigo 250.º, a maioria qualificada é definida como dois terços dos votos dos representantes dos Estados-Membros que não beneficiam de uma derrogação, ponderados de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 205.º, e é exigida a unanimidade desses Estados-Membros para todos os actos que exijam unanimidade.~~

~~6. — O disposto nos artigos 119.º e 120.º continua a ser aplicável aos Estados-Membros que beneficiam de uma derrogação.~~

### Artigo 123.<sup>o1</sup>

~~1. — Imediatamente após ter sido tomada a decisão sobre a data de início da terceira fase, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 121.º ou, se for esse o caso, imediatamente após 1 de Julho de 1998:~~

~~— o Conselho adoptará as disposições a que se refere o n.º 6 do artigo 107.º;~~

~~— os Governos dos Estados-Membros que não beneficiem de uma derrogação nomearão, de acordo com o procedimento previsto no artigo 50.º dos Estatutos do SEBC, o Presidente, o Vice-Presidente e os vogais da Comissão Executiva do BCE. Se existirem Estados-Membros que beneficiem de uma derrogação, o número de membros da Comissão Executiva pode ser menor que o previsto no artigo 11.º 1 dos Estatutos dos SEBC, mas em caso algum será inferior a quatro.~~

~~Logo que a Comissão Executiva for nomeada, o SEBC e o BCE consideram-se instituídos e devem preparar-se para o seu pleno funcionamento de acordo com as disposições do presente Tratado e dos Estatutos do SEBC. O pleno exercício das suas competências tem início no primeiro dia da terceira fase.~~

~~2. — Logo que o BCE esteja instituído, assumirá, se necessário, as atribuições do IME. O IME entra em liquidação aquando da instituição do BCE; as modalidades de liquidação constam dos Estatutos do IME.~~

~~3. — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 107.º do presente Tratado, se e enquanto existirem Estados-Membros que beneficiem de uma derrogação, o Conselho Geral do BCE a que se refere o artigo 45.º dos Estatutos do SEBC constitui um terceiro órgão de decisão do BCE.~~

---

<sup>1</sup> Os n.ºs 1 e 2 do texto actual, obsoletos, foram suprimidos. Os n.ºs 3, 4 e 5 – com o texto cortado e em itálico – mantêm-se, com algumas adaptações, mas figuram agora nos artigos 118.º (n.º 1), 110.º-A e 117.º (n.º 3), respectivamente, nas novas versões acima sugeridas. Assim sendo, o artigo 123.º já não figura no novo texto.

~~4.— Na data de início da terceira fase, o Conselho, deliberando por unanimidade dos Estados-Membros que não beneficiem de uma derrogação, sob proposta da Comissão e após consulta do BCE, determina as taxas de conversão às quais as suas moedas ficam irrevogavelmente fixadas e as taxas, irrevogavelmente fixadas, a que o ECU substitui essas moedas, e o ECU será uma moeda de direito próprio. Esta medida, só por si, não modifica o valor externo do ECU. O Conselho, deliberando por maioria qualificada dos referidos Estados-Membros, sob proposta da Comissão e após consulta ao BCE, toma as outras medidas necessárias para a rápida introdução do ECU como moeda única desses Estados-Membros. É aplicável o disposto no n.º 5, segundo período, do artigo 122.º.~~

~~5.— Se, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 122.º, for decidido revogar uma derrogação, o Conselho, deliberando por unanimidade dos Estados-Membros que não beneficiam de uma derrogação e do Estado-Membro em causa, sob proposta da Comissão e após consulta do BCE, fixa a taxa à qual o ECU substitui a moeda do Estado-Membro em causa e toma as outras medidas necessárias para a introdução do ECU como moeda única no Estado-Membro em causa.~~

#### Artigo 124.<sup>o1</sup>

~~1.— Até ao início da terceira fase, cada Estado-Membro tratará a sua política cambial como uma questão de interesse comum. Ao fazê-lo, os Estados-Membros terão em conta a experiência adquirida no âmbito da cooperação no Sistema Monetário Europeu (SME) e com a evolução do ECU, respeitando as competências existentes.~~

~~2.— A partir do início da terceira fase e enquanto existirem Estados-Membros que beneficiem de uma derrogação, aplica-se à política cambial desses Estados-Membros, por analogia, o disposto no n.º 1.~~

\* \* \*

---

<sup>1</sup> O artigo 124.º do texto actual foi suprimido, mas retomado na essência no artigo 118.º-A, na nova versão acima sugerida. Deste modo, o artigo 124.º já não figura no novo texto.

**Política económica e monetária**

## **Apêndice**

**à adenda de 18 de Março de 2003**

**ao relatório consolidado de 13 de Março de 2003  
apresentado pelo Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos**

## CAPÍTULO 4

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS (Versão "passada a limpo")

#### Artigo 116.º

1. Os Estados-Membros a cujo respeito o Conselho não tenha decidido que satisfazem as condições necessárias para a adopção do euro serão objecto de uma derrogação tal como definida no n.º 2 do presente artigo. Esses Estados-Membros serão adiante designados por «Estados-Membros objecto de derrogação».
2. A derrogação prevista no n.º 1 implica que os seguintes artigos não sejam aplicáveis ao Estado-Membro em causa: *[n.ºs 9 e 11 do artigo 104.º, n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 105.º, artigos 106.º, 110.º, 111.º e n.º 2, alínea b), do artigo 112.º]*. A exclusão desse Estado-Membro e do seu banco central nacional dos direitos e obrigações no âmbito do SEBC consta do Capítulo IX dos Estatutos do SEBC.
3. Nos *[n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 105.º, nos artigos 106.º, 110.º, 111.º e no n.º 2, alínea b), do artigo 112.º]*, por «Estados-Membros» deve entender-se os Estados-Membros que não são objecto de derrogação.
4. Os direitos de voto dos Estados-Membros objecto de derrogação serão suspensos em relação às medidas do Conselho a que se referem os artigos da Constituição enumerados no n.º 2. Neste caso, em derrogação do *[artigo 205.º e do n.º 1 do artigo 250.º]*, a maioria qualificada é definida como dois terços dos votos dos representantes dos Estados-Membros que não são objecto de derrogação, ponderados de acordo com o *[n.º 2 do artigo 205.º]*, e é exigida a unanimidade desses Estados-Membros para todos os actos que exijam unanimidade.

#### Artigo 117.º

1. Pelo menos de dois em dois anos, ou a pedido de um Estado-Membro objecto de derrogação, a Comissão e o BCE apresentarão relatórios ao Conselho sobre os progressos alcançados pelos Estados-Membros objecto de derrogação no cumprimento das suas obrigações relativas à realização da união económica e monetária. Esses relatórios devem conter um estudo da compatibilidade da legislação nacional de cada um desses Estados-Membros, incluindo os estatutos do seu banco central nacional, com os *[artigos 108.º e 109.º]* da Constituição e os Estatutos do SEBC. Os relatórios analisarão igualmente a realização de um elevado grau de convergência sustentada, com base na observância, por cada um desses Estados-Membros, dos seguintes critérios:
  - a) Realização de um elevado grau de estabilidade dos preços, evidenciado por uma taxa de inflação próxima da taxa dos três Estados-Membros, no máximo, com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;

- b) Sustentabilidade das finanças públicas, evidenciada por uma situação orçamental sem défice excessivo na acepção do [n.º 6 do artigo 104.º];
- c) Observância, durante pelo menos dois anos, das margens normais de flutuação previstas no mecanismo de taxas de câmbio, sem desvalorização da moeda em relação ao euro;
- d) Carácter duradouro da convergência alcançada pelo Estado-Membro objecto de derrogação e da sua participação no mecanismo de taxas de câmbio, que deve igualmente reflectir-se nos níveis das taxas de juro a longo prazo.

Os quatro critérios a que se refere o presente número e os respectivos períodos durante os quais devem ser respeitados vêm especificados no Protocolo relativo aos critérios de convergência. Os relatórios da Comissão e do BCE devem ter, de igual modo, em conta os resultados da integração dos mercados, a situação e a evolução da balança de transacções correntes e a análise de evolução dos custos unitários do trabalho e de outros índices de preços.

2. Após ter consultado o Parlamento Europeu e debatido a questão no Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo, o Conselho, sob proposta da Comissão, decidirá por maioria qualificada quais são os Estados-Membros objecto de derrogação que preenchem as condições necessárias com base nos critérios fixados no n.º 1, e revogará as derrogações dos Estados-Membros em causa.

3. Se, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2, for decidido revogar uma derrogação, o Conselho, sob proposta da Comissão, por unanimidade dos membros do Conselho que representam os Estados-Membros que não são objecto de derrogação e o Estado-Membro em causa, fixa irrevogavelmente a taxa à qual o euro substitui a moeda do Estado-Membro em causa e toma as outras medidas necessárias para a introdução do euro como moeda única nesse Estado-Membro. O Conselho delibera após consulta ao Banco Central Europeu.

#### Artigo 118.º

1. Sem prejuízo do [n.º 3 do artigo 107.º] da Constituição, se e enquanto existirem Estados-Membros objecto de derrogação, o Conselho Geral do BCE a que se refere o artigo 45.º dos Estatutos do SEBC constitui um terceiro órgão de decisão do BCE.

2. Se e enquanto existirem Estados-Membros objecto de derrogação, o BCE deve, no que respeita a esses Estados-Membros :

- a) Reforçar a cooperação entre os bancos centrais nacionais;
- b) Reforçar a coordenação das políticas monetárias dos Estados-Membros com o objectivo de garantir a estabilidade dos preços;



- c) Supervisar o funcionamento do mecanismo de taxas de câmbio;
- d) Proceder a consultas sobre questões da competência dos bancos centrais nacionais, que afectem a estabilidade das instituições e mercados financeiros;
- e) Exercer as antigas atribuições do Fundo Europeu de Cooperação Monetária, anteriormente assumidas pelo IME.

#### Artigo 118.º-A

Cada Estado-Membro objecto de derrogação tratará a sua política cambial como uma questão de interesse comum. Ao fazê-lo, terá em conta a experiência adquirida no âmbito da cooperação no mecanismo de taxas de câmbio.

#### Artigo 119.º

1. Se algum Estado-Membro objecto de derrogação se encontrar em dificuldades, ou sob grave ameaça de dificuldades relativamente à sua balança de pagamentos, quer estas resultem de um desequilíbrio global da sua balança quer do tipo de divisas de que dispõe, e se tais dificuldades forem susceptíveis de, designadamente, comprometer o funcionamento do mercado interno ou a realização da política comercial comum, a Comissão procederá imediatamente à análise da situação desse Estado, bem como da acção que ele empreendeu ou pode empreender, nos termos da Constituição, recorrendo a todos os meios de que dispõe. A Comissão indicará as medidas cuja adopção recomenda ao Estado-Membro em causa.

Se a acção empreendida por um Estado-Membro objecto de derrogação e as medidas sugeridas pela Comissão não se afigurarem suficientes para remover as dificuldades ou ameaças de dificuldades existentes, a Comissão recomendará ao Conselho, após consulta ao Comité Económico e Financeiro, a concessão de assistência mútua e os métodos adequados para o efeito.

A Comissão manterá o Conselho regularmente informado da situação e da maneira como esta evolui.

2. O Conselho concederá por maioria qualificada a assistência mútua; aprovará as leis-quadro europeias ou as decisões europeias, fixando as condições e modalidades dessa assistência, que pode assumir, designadamente, a forma de:

- a) Uma acção concertada junto de outras organizações internacionais a que os Estados-Membros objecto de derrogação podem recorrer;
- b) Medidas necessárias para evitar desvios de tráfego, sempre que o Estado-Membro objecto de derrogação que se encontre em dificuldades mantenha ou restabeleça restrições quantitativas relativamente a países terceiros;

- c) Concessão de créditos limitados por parte de outros Estados-Membros, sob condição de que estes dêem o seu acordo.

3. Se a assistência mútua recomendada pela Comissão não for concedida pelo Conselho ou se a assistência mútua concedida e as medidas tomadas forem insuficientes, a Comissão autorizará o Estado-Membro objecto de derrogação que se encontre em dificuldades a tomar medidas de protecção, de que fixará as condições e modalidades.

O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode revogar esta autorização e modificar estas condições e modalidades.

#### Artigo 120.º

1. Em caso de crise súbita na balança de pagamentos e se não for imediatamente tomada uma decisão, na acepção do [n.º 2 do artigo 119.º], um Estado-Membro objecto de derrogação pode, a título cautelar, tomar as medidas de protecção necessárias. Estas devem provocar o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado interno e não exceder o estritamente indispensável para sanar as dificuldades súbitas que se tenham manifestado.

2. A Comissão e os outros Estados-Membros devem ser informados destas medidas de protecção, o mais tardar no momento da sua entrada em vigor. A Comissão pode recomendar ao Conselho a concessão de assistência mútua nos termos do [artigo 119.º].

3. Sob parecer da Comissão e após consulta ao Comité Económico e Financeiro, o Conselho pode decidir, por maioria qualificada, que o Estado-Membro em causa deve modificar, suspender ou suprimir as medidas de protecção acima referidas.